

29 MAR 1981

Planalto prestigia Sarney

Da sucursal de
BRASÍLIA

A decisão do governo em deferir ao PDS toda a responsabilidade pela condução dos assuntos políticos e da reforma eleitoral não conseguiu despertar o entusiasmo dos políticos situacionistas.

Ela foi encarada, antes, como demonstração de prestígio do presidente do partido, José Sarney, que chegara a ameaçar devolver o posto ao presidente João Figueiredo, julgando-se desconsiderado pelo chamado grupo palaciano. "Só assim ele pode descer em Campo Grande, para avaliar a situação eleitoral. Doutra forma, não teria quem o recebesse no aeroporto", comentou a propósito um dirigente pedetista.

Deputados e senadores da agremiação oficial não acreditam que o Palácio do Planalto vá, realmente, conceder tanta autoridade ao PDS, seja pela falta de hábito de dividir responsabilidades, seja porque o próprio DPS não tem o costume de tomar iniciativas, depois de tanto tempo de tutela. Além disso, atualmente já não dispõe da sólida maioria parlamentar do passado.

A determinação do Conselho Político de segunda-feira teve, de início, o condão de irritar o presidente do Senado, Jarbas Passarinho que, ao assumir o posto, reafirmara compromissos com a restauração das prerrogativas do Congresso e anunciará o propósito de instituir comissão suprapartidária para exame da matéria.

O senador paraense se rendeu aos argumentos oficiais, a ele transmitidos, logo após o encontro, por Sarney e pelo líder Nilo Coelho. O mesmo não ocorreu ao ex-presidente da Câmara, Flávio Marçilio, autor, juntamente com Célio Borsa (RJ) e Djaima Marinho (RN) de emenda com o mesmo objetivo, arquivada, ano passado, por pressão do governo. Apesar de todos os apelos que lhe foram feitos pelo dirigente partidário, ele impugnou sua tese, afirmando que a emenda das prerrogativas não pode ser só do PDS. Deve ser da autoria de todos os partidos, nascendo do consenso da instituição.

Não se esgotam aí as dificuldades do PDS.

Na instalação da comissão partidária, incumbida de examinar a reforma da legislação eleitoral, Sarney, da antiga UDN, não fez como os caciques do velho PDS que só iam a uma reunião quando todas as decisões estavam previamente tomadas. Ante a surpresa e os protestos do deputado Ermal Sátyro (PE), que não fora advertido da orientação governamental, o presidente do partido desaconselhou ao órgão o exame da proposta de implantação do voto distrital, sob o argumento de que se trata de assunto tão polêmico que iria polarizar as atividades da comissão, em prejuízo da grande tarefa que lhe cabe.

Sarney sabe que 2/3 da bancada federal são ostensivamente contrários à inovação, por sinal, objeto de proposta de sua autoria. Os parlamentares têm que a concentração geográfica da disputa facilite a ação do poder econômico, a pressão de governadores imigrantes e as candidaturas de prefeitos das grandes cidades à cadeira na Câmara.

Ocorre que a implantação do distrital é um sonho atribuído ao chamado grupo palaciano, que nele identifica a garantia de estabilidade das instituições e o alinhamento das forças de esquerda de processo político-legislativo.

Notavelmente, com suas pobres armas, o partido não fará sua bancada engolir o distrital. É certo que o ano de 1981 será destinado ao proselitismo pelo Palácio do Planalto, pelos ministros e governadores de Estado junto aos deputados. Há quem acredite que ele pode até passar se houver uma mobilização ainda maior que a feita em favor da candidatura Nelson Marchezan para a presidência da Câmara. O candidato derrotado, Djaima Marinho, ainda assim alimenta suas dúvidas, embora costume dizer que, depois do que viu em sua campanha, acredita em tudo: "Que o governo torne o branco preto e o redondo quadrado".

No tocante à implantação da sublegenda para a eleição de governador, defendida no Norte e Nordeste para amalgamar as várias lideranças do partido, ela sobre restrições no Centro-Sul e, especialmente, do governador de Minas, Francisco Pereira. Hoje já não é mais tão veemente a impugnação do artigo pelo PMDB, principalmente na zona meridional do País. A sublegenda para senador, por exemplo, garantiu a eleição de José Richa para o Senado e poderá ser usada em 1982 por Leite Chaves, Alencar Furtado e Álvaro Dias.

Assim, o trabalho do PDS deverá ser de detectar as tendências do Congresso no tocante às reformas eleitorais e transmiti-las, como suas, ao Palácio do Planalto. Sendo precária sua maioria na Câmara e Senado, meia dúzia de dissidentes poderá impedir o êxito de qualquer proposta, se não sobrevier consistente ajuda governamental.

A decisão foi encarada com ceticismo no Congresso. Não se identificam ainda de que o governo pretenda dividir responsabilidades com o seu partido nem que este tenha condições de carregar sozinho o encargo que lhe foi colocado sobre os ombros.

Ao que tudo indica, deu-se ao senador José Sarney, uma satisfação moral e uma demonstração de prestígio para que ele possa continuar levando o barco e tentando dealinhar os problemas com que se defronta em cada Estado que está visitando para identificar a situação eleitoral do partido com vistas a 1982.